

GÊNERO, EMPREENDEDORISMO E PRÁTICA ORGANIZATIVA: PODER DISCIPLINAR, BIOPODER E (RE)EXISTÊNCIAS DE EMPREENDEDORAS NEGRAS EM SEGMENTOS DOMINADOS PELO MASCULINO

GENDER, ENTREPRENEURSHIP AND ORGANIZATIONAL PRACTICE: DISCIPLINARY POWER, BIOPOWER AND (RE)EXISTENCES OF BLACK WOMEN ENTREPRENEURS IN MALE-DOMINATED SEGMENTS

AMANDA SOARES ZAMBELLI FERRETTI

amandazambelli@gmail.com
Faculdade de Ensino Superior de Linhares
<https://orcid.org/0000-0002-5761-2206>

R E S U M O

Os discursos normalizadores sobre o empreendedorismo têm posicionado este fenômeno como algo inquestionavelmente positivo e neutro em termos de gênero. Visto como alternativa à desaceleração econômica, especialmente para as mulheres, o empreendedorismo tende a ser compreendido por meio de uma lógica linear, desconsiderando aspectos relacionados a barreiras, desafios e possibilidades de compreensão alternativa do tema, a partir das subjetividades de quem empreende e do olhar processual voltado para o que significa empreender. Assim, o objetivo deste artigo é analisar as relações de poder e possibilidades de resistência existentes nos discursos de mulheres negras que empreendem em segmentos dominados pelo masculino. Para isso, 14 mulheres pertencentes a um instituto de tecnologia social e inovação da Grande Vitória, no Espírito Santo, foram entrevistadas. Os dados, produzidos foram submetidos à análise do discurso proposta por Michel Foucault. Os resultados demonstraram a existência de poder disciplinar e biopoder que regem as formas de agir dessas mulheres no empreendedorismo. Entretanto, foi possível identificar também possibilidades de resistência, por meio da resistência como reexistência enquanto mulher e enquanto empreendedora. Importante destacar a influência dos aspectos raciais associados às subjetividades sobre o que para essas mulheres significa empreender.

P A L A V R A S - C H A V E

Poder; Resistência; Práticas organizativas; Empreendedorismo; Mulheres empreendedoras negras.

A B S T R A C T

Normalizing discourses on entrepreneurship have positioned this phenomenon as something unquestionably positive and neutral regarding gender. Seen as an alternative to the economic slowdown, especially for women, entrepreneurship tends to be understood through a linear logic, disregarding aspects related to barriers, challenges and possibilities of alternative understanding of the topic, based on the subjectivities of those who undertake and the procedural look focused on what it means to undertake. Thus, this article aims to analyze the power relations and possibilities of resistance that exist in the speeches of black women who undertake business in male-dominated segments. For this, 14 women belonging to a social technology and innovation institute in Greater Vitória, Espírito Santo, were interviewed. The data produced were subjected to discourse analysis proposed by Michel Foucault. The results demonstrated the existence of disciplinary power and biopower that govern the ways these women act in entrepreneurship. However, it was also possible to identify possibilities for resistance, through resistance as re-existence as a woman and as an entrepreneur. It is important to highlight the influence of racial aspects associated with subjectivities on what it means for these women to undertake.

K E Y W O R D S

Power; Resistance; Organizational practice; Entrepreneurship; Black women entrepreneurs.

INTRODUÇÃO

Os discursos sobre o empreendedorismo, que permeiam a sociedade, muitas vezes iniciado no contexto acadêmico-universitário, tendem a reproduzir um padrão heteronormativo de gênero que afeta as escolhas de cursos e profissões que homens e mulheres desejam assumir (Brandão et al., 2019). Mesmo mulheres altamente qualificadas possuem dificuldades em alcançar a legitimação social de seu papel empreendedor, em função de barreiras que elas enfrentam por meio dos discursos que circulam relacionados a quem pode se tornar um empreendedor e quais empreendimentos essa profissional pode gerenciar (Bertolami et al., 2018).

Gênero e empreendedorismo não são fenômenos emergentes. Diversos estudos a respeito do tema no mundo (Essers, 2009; Ahl & Marlow, 2012; Marlow & Dy, 2018) e no Brasil (Brandão et al., 2019; Vilela et al., 2020; Carmo et al., 2021) têm demonstrado as desigualdades de gênero e o reforço da vertente neoliberal que circula nos discursos sobre empreendedorismo a partir de regras de conduta de gênero. Entretanto, conforme explicam Ferretti e De Souza (2021), o empreendedor não se encontra livre ou fora das normas discursivas. O discurso circula por meio dessa repetição de normas, que gera relações de poder e de possibilidades de resistência e de subversão das identidades (Butler, 2004).

Adicionalmente, Imas et al. (2012) pontuam que a compreensão do empreendedorismo deve ir além do aspecto unidimensional relacionado à perspectiva econômica ou individual, por meio

das múltiplas identidades e complexidades sobre o que significa se tornar um empreendedor e sobre quais espaços podem ser ocupados por homens, mulheres e outras categorias identitárias relacionadas à raça e classe no empreendedorismo. Assim, os desafios associados ao empreendedorismo não se manifestam de forma similar entre os indivíduos, uma vez que mulheres, especialmente mulheres marginalizadas, enfrentam dificuldades maiores em função de sua condição social (Qureshi et al., 2023).

A desaceleração econômica e a redução do número de empreendedores em 2021 no Brasil em função da COVID-19 fizeram com que o Brasil concluisse o ano de 2021 com 43 milhões de pessoas com negócios próprios (GEM, 2021). Apesar da redução de 10% em relação a 2020, os dados reforçam que os discursos que circulam sobre o campo empreendedor ainda o consideram uma alternativa ao desemprego e à possibilidade de ocupar espaços escassos no mercado tradicional de trabalho, especialmente para mulheres (Vilela et al., 2020). Com relação ao empreendedorismo feminino, dados do *Global Entrepreneurship Monitor* (2024) demonstram que o Brasil atingiu um recorde de 10,35 milhões de mulheres à frente de negócios, representando 34% dos empreendedores. Entretanto, elas ainda recebem cerca de 20% a menos que empreendimentos geridos por homens (GEM, 2024).

Para além do recorte de gênero, o empreendedorismo no Brasil é permeado por um recorte racial. Assim, o olhar interseccional possibilita compreender este fenômeno a partir de estruturas de opressão, em nível micro e macro social (Almeida et al., 2021). Dessa forma, este artigo tem o objetivo de analisar as relações de poder e possibilidades de resistência de mulheres empreendedoras negras que possuem empreendimentos em segmentos dominados pelo masculino.

Para isso, foram realizadas entrevistas com 14 mulheres empreendedoras que empreendem em segmentos dominados pelo masculino, tais como oficinas mecânicas, barbearias, além de área de Finanças e Novas Tecnologias. Todas fazem parte de um instituto de tecnologia social e inovação localizado na região da Grande Vitória, no Espírito Santo. Trata-se de um laboratório de inovação e tecnologia social, formado por corpos pretos, periféricos e movimentos pluriversais de olhares e soluções transformadores (Carneiro & Gomes, 2018). Em função do protagonismo negro e impacto social do instituto, considerou-se que este espaço poderia contribuir para o que se deseja atingir em termos de objetivo de pesquisa. Os dados foram analisados por meio da análise do discurso proposta por Michel Foucault.

REFERENCIAL TEÓRICO

As relações de poder e os discursos no empreendedorismo: dispositivos legal, disciplinar e biopolítica

Conforme afirmam Souza et al. (2019), os processos de subjetivação operam e circulam por meio de dispositivos de poder. Dispositivos não devem ser compreendidos como estruturas determinísticas de poder, uma vez que para Foucault (1979) o poder não é algo apenas negativo,

restritivo e repressor, mas produtor de formas de existência subjetiva. Além disso, os elementos do dispositivo não se constituem de campos discursivos ou não discursivos, por isso, é necessário avaliar as interconexões entre esses elementos, pois o dispositivo possui uma natureza relacional (Raffnsoe et al., 2016). Na visão de Foucault (1979), o poder não possui uma origem, está em constante transformação. Trata-se de algo que não é uma propriedade e sim uma relação, que emerge quando uma relação social se estabelece (Souza, 2014).

Para Foucault (2004), os discursos podem criar efeitos que se tornam verdades e relações de poder, fazendo com que as identidades tenham de se adequar ao que é esperado, por meio da articulação entre conhecimento e poder. No contexto empreendedor, a relação poder-saber implica a ideia de que o discurso do empreendedorismo e o conhecimento atuam como um mecanismo para o exercício do poder (Ogbor, 2000). É possível considerar esta relação a partir do conceito de saber dominado de Foucault (1979), que pode ser compreendido de duas formas: por um lado, os conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais; por outro, pelas sistematizações formais.

As pessoas e as instituições não se constituem como fonte do poder, porém são elas que o veiculam em suas diversas formas (Foucault, 1979). Essas formas de poder se aplicam à vida cotidiana, que categoriza o indivíduo, marca-o com a sua própria individualidade, lhe impõe uma lei de verdade que deve ser reconhecida pelos outros e por ele mesmo (Foucault, 2003). Três dispositivos de poder são abordados por Foucault (2008) como atuando de modo interconectado na sociedade (a saber: dispositivo legal, dispositivo disciplinar e dispositivo de segurança/defesa social, também chamado de biopolítica).

Por sua vez, o poder disciplinar ao invés de negar e proibir, busca produzir um sujeito útil e dócil (Souza et al., 2019). Trata-se de um dispositivo preventivo e produtivo, que busca criar mecanismos para evitar que o indesejável ocorra antes de seu acontecimento. Para isso, produz algo novo, que passa a ser visto como desejável (Foucault, 2008). Por fim, Foucault desenvolveu o conceito de biopolítica para descrever uma variante de poder que não mais simplesmente restringe ou delimita os indivíduos, mas investe na “própria vida” (Walker et al., 2021). O exercício do biopoder implica a prática de uma tecnologia de poder que não se dirige apenas ao corpo, mas à vida, ou seja, sobre os processos da vida, tais como morte, nascimento, trabalho, velhice, produtos do trabalho e sua circulação (Temple, 2013). Assim, as práticas de biopoder funcionam como ponto de articulação entre as disciplinas do corpo e a regulação da população.

No campo empreendedor, os discursos contemporâneos que circulam sobre o empreendedorismo tendem a considerá-lo uma atividade econômica, favorável ao desenvolvimento e neutra do ponto de vista de gênero (Calás et al., 2009; Marlow & Martinez Dy, 2018). Posteriormente, os dispositivos de poder que circulam por meio dos discursos passaram a posicionar o homem como idealizador, figura heroica, empreendedor nato (Bruni et al., 2004; Ahl, 2006; Essers, 2009; Ahl & Marlow, 2012), enquanto as atitudes de mulheres empreendedoras são percebidas como invisíveis (Mirchandani, 1999), e suas experiências consideradas inadequadas, tendenciosas ou distorcidas (Ferber & Nelson, 2009).

Importante reforçar que poder e resistência se constituem de uma relação, ou seja, o poder não se encontra em condição de exterioridade à resistência e vice-versa (Souza et al., 2006). Entretanto, para possibilitar uma melhor compreensão dos elementos que constituem os dispositivos de poder as apresentações dos dispositivos de poder e suas possibilidades de resistência no empreendedorismo são apresentadas de forma separada neste artigo. Segundo Foucault, “[...] o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzem a efeitos de poder” (Foucault, 2008, p. 173).

Resistir para (re)existir: poder e possibilidades de resistência no empreendedorismo

O uso da expressão “resistir para reexistir” foi utilizado entre outros autores, por Irigaray et al (2021) para demonstrar como mesmo sem estratégia, algumas situações podem se constituir de resistências que, quando acontecem, permitem ao sujeito reexistir por meio de suas subjetividades. Para Scott (2004), quando se trata de resistências, não se pode afirmar que exista um modelo de resistência ativa ou resistência passiva, uma vez que se trata de dois lados de um mesmo processo e possuem intencionalidade, mas não estratégia (Foucault, 1980). As possibilidades de resistência se constituem de um processo de subjetivação, o sujeito não resiste racionalmente ou emocionalmente, conscientemente ou não (Scott, 2004). Entretanto, as resistências, assim, como o poder, se constituem de uma relação que acontece por meio dos discursos, onde ocorrem as reproduções normativas. Uma vez que a repetição dessas normas não é feita sempre da mesma forma, traz instabilidades e riscos, o que possibilita sua subversão (Harding et al., 2017).

Pensar as relações de poder e a resistência, segundo Temple (2013), devem ir além das discussões de bom ou mau, do certo ou do errado, do lícito e do ilícito, do normal ou do anormal. Uma vez que se constituem de uma relação, poder e resistência nos afetam a todo o instante. Para Irigaray et al (2021), as resistências envolvem práticas e necessidades de afirmação de uma existência. Para Vilela e Hanashiro (2020), os desafios de equidade de gênero perpassam vários níveis hierárquicos nas organizações, sendo ainda constatada a presença substancialmente menor de mulheres, especialmente em cargos mais estratégicos, bem como em níveis de gestão e coordenação das equipes.

Ogbor (2000) ressalta que uma das consequências da legitimação de discursos dominantes sobre empreendedorismo é o processo de masculinização da mulher empreendedora. Isso ocorre por meio da repetição das normas e comportamentos esperados de um ‘bom empreendedor’. Entretanto, Bruni et al. (2004) demonstram que, ao assumir comportamentos vistos como masculinos, as mulheres empreendedoras passam a ser novamente posicionadas e comparadas a aspectos ainda associados à masculinidade, desta vez julgadas como ‘mãos de ferro’ ou ‘sem coração’.

Contudo, considerando que as normas de gênero são reproduzidas e que cada reprodução gera uma individualização, toda repetição gera uma possibilidade de alteração de suas repetições (Butler, 2004). Assim, uma vez que toda repetição das normas é instável, abre a possibilidade de

subversão da matriz de poder com a sua lógica de inteligibilidade. Uma identificação específica, então, traz instabilidades e riscos, o que possibilita dizer que toda relação de poder traz possibilidades de resistência e subversão (Harding et al., 2017).

Na visão de Ashcraft (2005), resistência é algo polissêmico, inconstante e instável. Ela pode se caracterizar em uma recusa em aceitar a identidade normativa ou um senso de si que ameaça reduzir o sujeito a um abjeto, por não conseguir se posicionar em nenhuma categoria identitária e, consequentemente, ser incapaz de falar de determinada posição (Harding et al., 2017). No contexto organizacional, alguns autores consideram a resistência como uma ação micropolítica, em que devem ser considerados os efeitos em termos de significados, identidades e subjetividades (Bassel, 2014; Dick, 2015). Ações micropolíticas contribuem para a criação de contradiscursos, que consequentemente geram formas alternativas de produzir conhecimento (Gálvez et al., 2018). Assim, atos de resistência podem se constituir de microemancipações. Thomas e Davies (2005) consideram que tais microemancipações não necessariamente resultam em uma ruptura completa ou mudança radical, mas se tornam efetivas em seus propósitos.

Assim, as resistências não atuam para se tornarem forças hegemônicas, uma vez que não possuem estratégia. Elas atuam desestabilizando o que aparentemente é visto como estável, ou seja, as resistências atuam das mais diversas formas sem se constituírem de uma estratégia para impor sua hegemonia em relação às demais forças (Souza, 2014; Harding et al., 2017). Para Foucault (1995), onde há poder há resistência, ou seja, não se trata de uma relação entre dominantes e dominados. Mesmo sem que haja uma estratégia, as resistências permitem uma ressignificação das normas, o que faz com que a subversão da identidade aconteça a partir do enfraquecimento da norma, possibilitando a sua rearticulação (Butler, 1993).

3 METODOLOGIA

O objetivo deste artigo foi analisar quais as relações de poder e possibilidades de resistência existentes nos discursos de mulheres empreendedoras negras que possuem empreendimentos em segmentos dominados pelo que de forma heteronormativa é enxergado como do universo masculino. Para isso, após buscas em sites, *Instagram*, páginas no *Facebook* e contato com demais pesquisadores sobre gênero e empreendedorismo para identificação do perfil, chegou-se a um Instituto fundado em 2015, na cidade de Vitória, Espírito Santo. Trata-se de um laboratório de inovação e tecnologia social, formado por corpos pretos, periféricos e movimentos pluriversais de olhares e soluções transformadoras que são trabalhados em duas frentes: Escritório de Projetos e Projetos Institucionais (Carneiro & Gomes, 2018).

Apesar de terem realizado ações para mais de 500 mulheres ao longo de sua fundação, foi possível perceber que nem todas puderam ser definidas como mulheres empreendedoras que empreendem em segmentos dominados pelo masculino e homens. Dessa forma, o convite foi realizado apenas para empreendedoras que estavam cadastradas no Instituto e com CNPJ ativo na época do contato para realização da pesquisa. Foi critério de definição que a participante empreendesse ou tivesse negócios em atividades tradicionalmente exercidas por homens, tais

como segmentos de construção civil, finanças, tecnologias, ou empreendimentos tais como barbearias, oficinas mecânicas, para citar alguns. Importante ressaltar, também, a necessidade de essas mulheres possuísem conta na mídia social *Instagram* e que suas empresas tivessem, no mínimo, um ano de atuação, em função de maior riqueza de relatos sobre barreiras, experiências e a concepção e administração do próprio negócio.

O convite foi realizado para empreendedoras que de alguma forma tenham se envolvido em iniciativas do Instituto, desde que atendidos este critério relacionado ao tipo de empreendimento que possuem. Foi critério de definição que a participante empreendesse ou tivesse negócios em atividades tradicionalmente exercidas por homens, tais como segmentos de construção civil, finanças, tecnologias, ou empreendimentos tais como barbearias, oficinas mecânicas, para citar alguns. Importante ressaltar, também, a necessidade de essas mulheres possuísem conta na mídia social *Instagram* e que suas empresas tivessem, no mínimo, um ano de atuação, em função de maior riqueza de relatos sobre barreiras, experiências e a concepção e administração do próprio negócio.

Vinte e duas participantes foram identificadas como mulheres empreendedoras que possuem empreendimentos em segmentos de mercado dominados pelo masculino/homens e convidadas a participar da pesquisa. Dessas, 14 aceitaram participar da pesquisa, três recusaram e as demais não responderam ou não conseguiram adequar suas agendas à participação.. Dessa forma, o contato com as participantes foi feito por meio de mensagens via aplicativo de celular e mensagens via direct da rede social *Instagram*. As entrevistas foram realizadas por telefone ou videoconferência, gravadas com autorização prévia das participantes. Posteriormente, as entrevistas foram tratadas com a ajuda do software qualitativo de análise de dados MAXQDA. O perfil das participantes pode ser identificado na tabela I, a seguir.

Tabela I. Perfil das participantes

Nome	Gênero/Raça	Orientação Sexual	Idade	Ramo no Empreendedorismo	Tempo de Empreendedorismo
Alzira	Mulher negra	Heterossexual	33	Oficina Mecânica	14 anos
Ana Maria	Mulher negra	Heterossexual	30	Educação e Tecnologia	4 anos
Carolina	Mulher negra	Heterossexual	49	Educação e Tecnologia	5 anos
Cidinha	Mulher negra	Lésbica	40	Vinhos e bebidas finas	4 anos
Cristiane	Mulher negra	Heterossexual	20	Bodypiercing	3 anos
Conceição	Mulher parda	Lésbica	30	Hamburgueria Gourmet	3 anos
Elizandra	Mulher negra	Lésbica	21	Design e venda de camisetas periféricas	6 anos

Nome	Gênero/Raça	Orientação Sexual	Idade	Ramo no Empreendedorismo	Tempo de Empreendedorismo
Esmeralda	Mulher negra	Lésbica	29	Design e venda de camisetas periféricas	6 anos
Geni	Mulher negra	Heterossexual	31	Finanças	2 anos
Jarid	Mulher negra	Heterossexual	36	Ecoquímica	7 anos
Sônia	Mulher indígena	Lésbica	18	Barbearia	2 anos
Lia	Mulher negra	Lésbica	40	Construção Civil	7 anos
Lélia	Mulher negra	Heterossexual	28	Finanças	3 anos
Mel	Mulher negra	Heterossexual	30	DJ	10 anos

Todos os nomes sugeridos para as entrevistadas são fictícios de forma a proteger e reforçar que se trata de uma pesquisa anônima em que as mulheres não têm a necessidade de se identificar. Os nomes escolhidos são referências a mulheres que contribuíram e contribuem até os dias de hoje com a literatura do Brasil. São elas: Alzira Rufino, Ana Maria Gonçalves, Carolina Maria de Jesus, Cidinha da Silva, Cristiane Sobral, Conceição Evaristo, Elizandra Souza, Esmeralda Ribeiro, Geni Guimarães, Jarid Arraes, Lia Vieira, Lélia Gonzalez e Mel Duarte. A única exceção, o nome Sônia foi utilizado para identificar a mulher indígena do grupo, uma homenagem à Sonia Guajajara, coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

O processo de tratamento dos dados ocorreu por três etapas de codificação: aberta, axial e seletiva (Corbin & Strauss, 1990). Após a transcrição e processo de codificação, as entrevistas foram analisadas por meio da Análise do Discurso Foucaultiana (ADF). Trata-se de uma abordagem que reconhece formas alternativas de produção do conhecimento como legítimas, bem como a existência de relações de poder existentes nos discursos (Kaufmann, 2011). Durante a codificação aberta, foram classificados livremente episódios, que posteriormente foram comparados entre os relatos, em busca de semelhanças e diferenças, para criar rótulos conceituais que correspondessem às temáticas de gênero, poder, resistência, empreendedorismo, entre outras palavras.

A escolha semântica dos rótulos foi realizada a partir de similaridades e aproximações que geraram palavras e expressões para melhor compreender o objetivo geral desta pesquisa. Ainda durante a codificação aberta, foram notas teóricas, comumente chamadas de Memos. Corbin e Strauss (1990, p.10) consideram que “[...] os memos não são simplesmente sobre ideias. Eles estão envolvidos na formulação e revisão da teoria durante o processo de pesquisa”. Assim, os pesquisadores buscam manter a consistência nos procedimentos de dados, identificando os conceitos mais importantes em cada entrevista, uma vez que durante o processo novas informações e análises podem emergir (Corbin & Strauss, 1990).

Na etapa de codificação axial, foram criadas subcategorias para o agrupamento dos códigos conceituais e dos memos desenvolvidos na etapa de codificação aberta. Foram encontradas

categorias relacionadas a identidades, processos de subjetivação, dia a dia empreendedor, relações de poder e resistência. Por fim, na etapa de codificação seletiva, todas as categorias que emergiram foram comparadas de forma a encontrar as relações existentes para responder ao objetivo proposto. Assim, após a transcrição das entrevistas e de uma leitura e releitura das transcrições, é apresentada na Tabela 2 a dimensão de análise e categorias identificadas para responder ao objetivo proposto neste artigo.

Tabela 2 . Dimensão de análise e categorias discursivas identificadas.

Dimensão	Categoria discursiva	Códigos
Poder e Resistência	As relações de poder no empreendedorismo: poder disciplinar e biopoder	Vigilância Domínio Dispositivo Norma Forças Recusa Mudança Desconstrução Margem Inteligibilidade Reafirmação Adversidade Valor Trajetória Vivências
	Resistir para (re)existir como mulher	
	Resistir para (re)existir como empreendedora	

FONTE: ELABORADA PELA AUTORA.

Mesmo que não exista um padrão ou manual para análise do discurso foucaultiana, Parker (2014) sugere dez critérios básicos para serem considerados na identificação e na análise dos discursos, não necessariamente devendo ser seguidos de acordo com uma ordem específica. O autor apresenta esses critérios a partir de uma definição de discurso como um sistema de declarações que constitui um objeto. Nogueira (2001) complementa ao afirmar que cada discurso oferece a um objeto uma natureza diferente da que o outro Discurso ofereceria, isto é, reivindica para si ser considerado “verdade”.

Os critérios e seus passos orientativos de acordo com Parker (2014, p. 1-14, tradução própria) são apresentados no quadro I, a seguir.

Quadro I. Critérios para uma análise do discurso com inspiração em Foucault

Critério 1: Um discurso se manifesta por meio de textos.
Passo 1: Tratar os objetos de estudo como textos da forma como estão descritos, colocados em palavras; e
Passo 2: Explorar conotações por meio de associações livres, se possível com outras pessoas.
Critério 2: Um discurso é sobre objetos.
Passo 3: Questionar quais objetos se referem ao quê e descrevê-los (tartarugas, doenças, fantasmas, etc); e
Passo 4: Falar sobre as falas como se fossem um objeto, um discurso.
Critério 3: Um discurso contém sujeitos.
Passo 5: Especificar sobre quem está se falando por meio dos discursos, alguns deles podendo ser identificados como objetos (tartarugas, doutoras, mães, benfeitoras); e
Passo 6: Especular sobre o que pode ser dito.
Critério 4: Um discurso é um conjunto coerente de significados.
Passo 7: Mapear uma imagem do mundo representado por este discurso; e
Passo 8: Compreender como um texto, usando este discurso, lidaria contra ataques ou objeções.
Critério 5: Um discurso se refere a outros discursos.
Passo 9: Identificar contrastes nas formas de falar e os diferentes objetos que são constituídos.
Passo 10: Identificar pontos de sobreposição, onde eles se constituem o que aparenta serem os mesmos objetos, mas de formas diferentes.
Critério 6: Um discurso reflete a sua própria maneira de falar.
Passo 11: Referir-se a outros textos para elaborar o discurso quando ele circula, em alguns casos, de forma implícita, e se endereça para audiências distintas.
Passo 12: Escolher rótulos ou designações das formas de falar; escolha dos discursos, considerando critérios morais e políticos do analista.
Critério 7: Um discurso é historicamente localizado.
Passo 13: Identificar como e onde os discursos emergiram; e
Passo 14: Descrever como os discursos mudaram e contaram uma história, geralmente sobre como se referem a algo que sempre esteve presente e pronto para ser “descoberto”.
Critério 8: Discursos dão suporte às instituições.
Passo 15: Identificar instituições que são reforçadas quando determinado discurso circula; e
Passo 16: Identificar instituições que são atacadas ou subvertidas quando esses discursos circulam.
Critério 9: Discursos reproduzem relações de poder.
Passo 17: Identificar ganhos e perdas em função do emprego dos discursos.
Passo 18: Questionar quem promoverá e quem se oporá aos discursos.
Critério 10: Discursos possuem efeitos ideológicos.
Passo 19: Demonstrar como um discurso se conecta a outros discursos que sancionam a opressão.
Passo 20: Demonstrar como os discursos permitem as narrativas dos grupos dominantes sobre o passado, para justificar o presente.

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA.

Após a descrição dos caminhos metodológicos e da dimensão de análise e categorias encontradas, o próximo tópico aborda os resultados e discussão obtidos a partir deste processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As relações de poder no empreendedorismo: poder disciplinar e biopoder

Dos três dispositivos abordados por Foucault (2008) como atuando de modo interconectado na sociedade (a saber: dispositivo legal, dispositivo disciplinar e dispositivo de segurança/defesa social, também chamado de biopolítica), foi possível identificar nos discursos analisados características que remetem ao poder disciplinar e à biopolítica. Não foram identificados, contudo, nos discursos das mulheres empreendedoras entrevistadas, elementos que possibilitessem concluir a existência de relações de poder legal.

Uma explicação para a inexistência de poder legal pode ser em função da natureza desta relação, marcada por uma ordem proibitiva e sustentada por punições, mas apenas quando a situação já ocorreu e não com foco na prevenção (Foucault, 1979). Além disso, conforme ressalta Temple (2013), em sua obra “A vontade de saber”, Foucault tende a demonstrar que o poder disciplinar e a biopolítica podem se constituir de um denominador comum, chamado de biopoder. Assim, com o exercício das práticas disciplinares e biopolíticas, surge a era do biopoder (Foucault, 1979).

Segundo Foucault, “[...] o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzem a efeitos de poder” (Foucault, 2008, p. 173). O autor chama essas técnicas de “observatórios da multiplicidade humana” que, no contexto empreendedor, foram identificados nos discursos das empreendedoras por meio da sensação que essas possuem de uma eterna vigilância. Essa vigilância não almeja a execução ou exclusão do condenado, mas a correção, disciplina, que contribui para a criação de corpos padronizados. O relato de Cidinha demonstra como a vigilância é uma constante em sua vida:

Eu não posso estar cansada, não posso estar desarrumada, não posso tomar uma cerveja, tenho que tomar sempre vinho, tenho que ter um compromisso que está atrelado ao meu negócio. Quando eu fico fora disso, está errado ou me deslegitima ou mostra para todo mundo “tá vendo, ela não entende nada de vinho, toma até cerveja” (Cidinha, AD71).

No exemplo de Cidinha, é possível perceber como o poder disciplinar influencia seus comportamentos, sua forma de agir, fazendo o que Foucault chama de uma “manipulação calculada dos elementos, gestos e comportamentos” (Foucault, 2008, p. 139). Entretanto, essa disciplina não possui caráter punitivo, mas de constante vigilância. Mesmo quando está sozinha ou com sua companheira, a norma rege a sua forma de pensar e de agir, o que leva à produção de realidades normalizadoras, campos de objetos e rituais de “verdade”.

Os dispositivos de poder criam categorias e hierarquias identitárias pelos chamados jogos de verdade. Por meio deles, somos destinados a uma certa maneira de viver ou de morrer (Foucault,

2002). Esse sistema de classificação e as categorias constituídas nos jogos de verdade apresentam todo um aparato de punição e recompensa que, segundo Dreyfus e Rabinow (1995), fixa a identidade, impõe uma lei de verdade em que lhes é necessário reconhecer e em que os outros devem reconhecer neles. No discurso de Cidinha, a identidade como uma mulher que empreende no ramo de vinhos e bebidas finas fixa uma lei de verdade que lhe impõe limites relacionados ao que pode ou não consumir, sobre o que pode ou não falar, de quais eventos ela pode ou não participar.

Similar ao discurso de Cidinha, Conceição considera que por empreender no ramo de hamburgueria gourmet, seu trabalho é constantemente avaliado não só por seus clientes, como também por pessoas da sua família e do seu círculo de amizades. Entretanto, uma particularidade no exemplo de Conceição diz respeito a uma outra característica do poder disciplinar. Neste poder, tal como apresenta Foucault, a subjetivação ocorre também enquanto sujeição ou assujeitamento. Essa constituição do sujeito que se realiza como um dobrar-se sobre as forças de fora. (Temple, 2013). No caso de Conceição, essas forças de fora estão presentes a partir dos olhares vigilantes das redes sociais:

Durante muito tempo, eu não tinha coragem de falar nos Stories do Instagram, não tinha coragem de me mostrar, de dizer quem eu era porque eu achava que, por eu ser homossexual, a pessoa não iria nem querer comprar nem um hambúrguer lá, por causa disso. Pensava, nossa, mas todas as hamburguerias que eu conheço, todos os donos são homens, só tem homem, só eu de mulher e ainda sou homossexual, o pessoal vai ficar falando, não vai querer comprar. Ou quando alguém me perguntava assim, com o que eu trabalhava, eu dizia “ah, eu tenho uma hamburgueria”. Eu dizia tão acanhada, que a voz nem saía. As pessoas falaram tantas coisas que aquela “roupagem” a gente meio que veste e eu nem conseguia falar o que eu fazia (Conceição, AD36).

A figura do panóptico de Foucault ganha novos contornos com o surgimento das redes sociais *online*. Mesmo que não tenha visto ou lido nenhum comentário a respeito de sua orientação sexual ou de seu trabalho como dona de uma hamburgueria gourmet, seu imaginário projeta uma necessidade de se recolher, de não se manifestar, para evitar situações que venham a ser desagradáveis. Para Foucault (2008) a disciplina age enquanto força fictícia, mas não deixa de produzir realidades. Isso não significa que a força não seja real, uma vez que ela é, mas o modo pelo qual os mecanismos de vigilância operam, permite, propositalmente, que quem é vigiado tenha sempre a dúvida de estar ou não estar sendo (Temple, 2013).

Conceição não sabe realmente o que as pessoas pensam sobre ela ser uma mulher lésbica empreendedora e dona de hamburgueria gourmet. Entretanto, ao fazer qualquer postagem em seu *Instagram*, este possui mecanismos que permitem ao usuário ver sem ser visto, seja por meio de visualizar o *post* e não curtir, seja ao visualizar os *Stories* e não fazer nenhum comentário. Assim, por meio do poder disciplinar, há uma força que a controla e a coage a cumprir uma função que ela acredita que deva cumprir, neste caso, não mencionar que possui uma hamburgueria ou falar abertamente sobre sua orientação sexual. Trata-se da produção de comportamentos disciplinados, que passam a ser assumidos mesmo quando os mecanismos de controle não se fazem presentes explicitamente (Foucault, 2008).

Adicionalmente, o exemplo de Conceição demonstra como os discursos que circulam sobre o empreendedorismo ainda tendem a invisibilizar a mulher lésbica como empreendedora de sucesso, o que Marlow et al. (2017) reforçam sobre a mulher heterossexual ainda ser a personificação visível do sujeito de gênero. Assim, Conceição teme não ser reconhecida como empreendedora de sucesso não só por ser uma mulher que empreende em mercados dominados pelo masculino e por homens, como também por ser uma mulher lésbica que ocupa este espaço no empreendedorismo.

Os aspectos relacionados ao biopoder foram identificados nos discursos das mulheres empreendedoras de duas formas: 1) como regulação do trabalho e; 2) como forma de gestão da vida, a partir da divisão dos corpos em uma lógica de superioridade e inferioridade de raças.

Nos discursos existentes a partir do relato das entrevistadas, foi possível perceber que o biopoder como regulação do trabalho é exercido a partir da relação entre os tipos de corpos e os espaços empreendedores que esses podem ocupar. A mulher empreendedora negra é posicionada no espaço territorial periférico, mesmo que seu ramo de atividades e seus clientes sejam de regiões mais privilegiadas. Conforme explica Ana Maria:

Em alguns casos somos posicionadas na lógica da subalternidade, principalmente o preto periférico, é visto só naquele nicho de periferia, do território dele. E aí ele já está encaixado ali, se ele sair dali e for para outros lugares, ele é meio que tipo não visto. “Ah, não, o seu ponto é só aqui. Fica aqui e tá bom” (Ana Maria, AD63).

O dispositivo de segurança age de forma condutiva, com o objetivo de facilitar a autorregulação de uma população (Foucault, 2008). Neste caso, o relato de Ana Maria demonstra uma autorregulação por parte da sociedade, que já normaliza a mulher negra empreendedora como periférica. Nesse sentido, tanto a mulher negra periférica tem dificuldades de ocupar outros espaços no empreendedorismo, uma vez que é posicionada como em um território específico, como também possui dificuldades de ser enxergada em outros contextos, quando não se trata de uma empreendedora que empreende nesses territórios.

O exercício do biopoder como forma de gestão da vida, por sua vez, foi identificado nos discursos a respeito da regulamentação do trabalho empreendedor. Uma vez que o exercício do poder dirigido à população considera o homem branco não apenas como corpo, mas como população, ela passa a ser afetada por processos e conjuntos próprios da vida (Foucault, 2003). Isso significa a possibilidade de intervir sobre os acontecimentos que só se tornam pertinentes uma vez considerados seus efeitos econômicos e políticos (Foucault, 2003). O exemplo de Mel sobre como ela enxerga o empreendedorismo no Brasil contribui para demonstrar essas relações de poder existentes no empreendedorismo:

Eu acho que o Brasil sempre foi empreendedor, principalmente as pessoas pretas, porque se você tem um mercado que não te contrata, que é racista, que diz que você não tem o perfil para trabalhar e aí você vai virar camelô, você vai virar vendedor de pipoca, você vai virar empregada doméstica, isso é empreendedorismo. Aí você começa a perceber que você tem um número de desempregados muito grande. Desempregados entre aspas, porque essas pessoas já estavam

há algum tempo fazendo dinheiro. E aí ah, não, vamos criar os MEI, vamos criar os microempreendedores, porque começou-se a perceber que as periferias estavam se movimentando, que o dinheiro estava gritando ali, que os negócios estavam acontecendo e que o governo não estava ganhando esse dinheiro. Então essas pessoas estão se movimentando e onde está esse dinheiro que não está vindo para o meu bolso? Aí eu falo, bom, então eu vou transformar essas pessoas em microempreendedoras (Mel, AD97).

O exemplo de Mel demonstra o que Foucault (2003) considera como a introdução não somente de instituições de assistência, mas de mecanismos sutis, vistos como racionais, de forma a assegurar um poder contínuo, no qual a intervenção da vida humana contribui para a entrada da vida biológica na política. Para Foucault (2008), a tarefa política de se encarregar da vida também distribui os vivos em um domínio de utilidade, de forma a fazer com que as situações mais desfavoráveis da população sejam vistas como mais favoráveis.

Esses mecanismos são demonstrados no relato de Mel ao mencionar que aqueles que são vistos como não tendo o perfil adequado para trabalhar de carteira assinada no mercado formal passam a ser “aceitos” a partir do momento em que começam a produzir, ou seja, ter utilidade, neste caso, financeira. Assim, são criados mecanismos sutis de regulamentação do trabalho empreendedor, com o objetivo de fazer com que corpos antes vistos como um problema social passem a ser incorporados à lógica da produtividade.

Entretanto, uma vez que o poder é sutil e relacional, as manifestações de poder podem gerar possibilidades de resistência. Para Temple (2013), a ideia não é constatar a resistência pela literatura do que se reproduz academicamente nos últimos anos com a fala de que “onde há poder, há resistência”, mas problematizar a sua possibilidade, de paradoxalmente, efetivar-se nas relações de poder. As possibilidades de resistência são apresentadas no tópico a seguir, por meio das resistências para reexistências enquanto mulher e enquanto empreendedora.

As possibilidades de (re)existência no empreendedorismo: resistir para (re)existir como mulher

As possibilidades de resistência por meio de (re)existências foram identificadas a partir dos discursos das mulheres empreendedoras, por meio de sua própria percepção sobre como o que significa ser mulher em ambientes empreendedores dominados pelo masculino e por homens atua como possibilidades de resistência e permite a essas mulheres reexistir por meio da identidade de gênero.

Durante anos, Jarid buscou adotar características que fizessem com que ela fosse percebida como mais uma empreendedora que atua no ramo de análises de laboratório para outras empresas, em sua maioria, geridas por homens. Sua forma de se portar, as roupas mais discretas e masculinas que deveria utilizar, seu cabelo alisado e sempre preso, a falta de equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, em função das horas de atividades dedicadas ao seu empreendimento, mesmo com uma filha pequena de quem precisa cuidar. Aos poucos, Jarid sentiu a necessidade de buscar alternativas, conforme ela explicou:

Passava muitas horas do meu dia e da minha semana para me tornar o padrão de fornecedora que eles queriam. E isso foi me cansando. As roupas que usava e que não tinham nada a ver comigo, meu cabelo com esse monte de produto para deixar ele relaxado, minha alimentação toda irregular. E eu comecei um movimento interno, primeiro dentro de casa mesmo, de fazer uma alimentação só orgânica, pesquisando sobre alimentação vegetariana, vegana. E pensei, vou deixar fluir, ver o que vai acontecer. E aí eu estava nesse processo de feira orgânica, alimentação orgânica, yoga e tal, um momento zen da vida, linda. E pensei, vou levar esse movimento para a minha empresa. Mudei minha rotina de trabalho, minha forma de me vestir, cabelo natural, solto e cacheado, não queria mais relaxar o cabelo, na época ainda relaxava. E me lembro da primeira reunião que fiz com o cliente, ele tomou um susto, quase não me reconheceu (Jarid, AD43).

A fala de Jarid contribui para exemplificar a visão de Ashcraft (2005) sobre uma das possibilidades de resistência, a recusa em aceitar a identidade normativa ou um senso de si que ameaça reduzir o sujeito àquilo que é exercido pela norma. Para se encaixar na norma, Jarid adotava mecanismos para se aproximar do padrão masculino ou de mulher branca, neste caso, um padrão eurocêntrico(Akotirene, 2018). Para isso, alisava o cabelo, vestia-se com roupas menos coloridas, alimentava-se quando o trabalho permitia e quando podia, e terceirizava o cuidado da filha.

Até decidir assumir sua identidade como uma mulher negra empreendedora, por meio da mudança do seu estilo de vida, hábitos alimentares, cuidado com a família. No momento em que optou por se aproximar de quem desejava se tornar como mulher, pode-se dizer que o ato de Jarid se constituiu de uma forma de resistência para reexistir como mulher negra. Tais atos, conforme afirmam Thomas e Davies (2005) se constituem de microemancipações, ou seja, não resultam de uma ruptura completa ou mudança radical, mas se tornam efetivas em seus propósitos, neste caso, ressignificar a norma apresentando para o cliente sua outra possibilidade de existência.

Sonia enxerga sua atuação no empreendedorismo como dona de uma barbearia, um ato político. Para ela, ocupar espaços que as pessoas insistem que não devem ser ocupados por mulheres, pessoas negras e indígenas, por exemplo, passa uma mensagem, uma vez que, segundo ela, “a sociedade não enxerga isso da gente”. Sua forma de resistir para reexistir, no entanto, difere de Jarid, conforme seu relato sobre o que a levou a se tornar empreendedora:

Minha mãe é caixa de supermercado, né, aí ela queria me colocar como Menor Aprendiz lá, só que por causa da minha aparência, tatuagem, piercing, cabelo, eu ficava, ‘nossa, o pessoal vai me tirar’, eu era bem nova, tinha 15 para 16 anos. E eu falei, ah, eu não quero. Mas ela disse que eu tinha que ajudar em casa, lá em casa é minha mãe sozinha. Eu, ela e mais uma irmã mais nova. Na época minha irmã mais velha morava também, aí eu falei que não queria, não queria, não queria. E eu falei, ‘ah, mãe, eu quero fazer algum curso, fazer alguma coisa, montar meu próprio negócio’. Depois do curso, eu até tentei trabalhar em barbearias, todas de donos homens, mas as pessoas ou não aceitavam cortar o cabelo comigo por eu ser mulher e ser diferente, cabelo raspado e tal, ou dizia que o meu trabalho não estava bom porque eu não fazia igual a eles. Saí, me juntei com outras amigas mais parecidas comigo e comecei meu próprio negócio. As pessoas não esperam que uma mulher lésbica, indígena, consiga ocupar um espaço que, querendo ou

não, é dominado por homens. Quando elas veem esse tipo de coisa, elas se chocam, mas eu fui lá e fiz (Sonia, AD80).

Diferentemente de Jarid, que por anos buscou adaptar seus hábitos, formas de se vestir e de se portar para se aproximar aos padrões identitários de gênero, Sonia não se enxergava dentro da norma. O seu relato demonstra o receio de não ser aceita, uma vez que sua recusa em aceitar a identidade normativa de gênero a posicionaria como uma categoria à margem, um abjeto, por não conseguir se posicionar em nenhuma identidade (Harding et al., 2017), bem como se tornar inteligível para os outros (Butler, 2004). O estranhamento causado pela presença de Sonia nos espaços empreendedores vistos como masculinos e dominados por homens não ocorre apenas por ela ser mulher, mas por ser uma mulher que resiste ao familiar, tornando-o para muitos algo estranho, ao se apresentar como uma mulher que, a partir das multiplicidades de sua própria existência, questiona o que até os dias de hoje é visto como normal (Parker, 2016).

Sua existência como mulher indígena e lésbica se constitui de resistência, uma vez que, como ela explica, não se espera que uma identidade de gênero não hegemônica ocupe espaços de protagonismo na sociedade. Isso acontece quando ela se apresenta como dona de uma barbearia, demonstrando não só que uma mulher pode ocupar um espaço dominado pelo masculino, como que essa mulher não precisa seguir um padrão de gênero, uma construção identitária vista pelo senso comum como “normal” (Alexander, 2003). Assim, Sonia, a partir de suas subjetividades sobre ser mulher, resiste para reexistir na sociedade.

Jarid e Sonia, assim como outras entrevistadas, se identificam como mulheres que não seguem um padrão. Não se identificam com os padrões eurocêntricos e heteronormativos de gênero, de raça e, no caso de Sonia, de orientação sexual. Entretanto, suas atitudes e comportamentos não possuem uma estratégia pré-estabelecida. Em algum ponto de suas existências, identificaram aspectos e características que as permitiram viver melhor a partir de suas subjetividades e decidiram se repensar enquanto mulheres que atuam em empreendimentos dominados pelo masculino e por homens. A forma como se apresentam como as mulheres que desejam se tornar pode se constituir de possibilidades de resistência para que possam reexistir como sujeitos de gênero no empreendedorismo e com as pessoas com quem se relacionam. A segunda possibilidade de resistência identificada neste artigo diz respeito às possibilidades de resistir como empreendedora, apresentadas no tópico a seguir.

As possibilidades de resistência no empreendedorismo: resistir para (re)existir como empreendedora

As possibilidades de resistência para reexistências a partir do empreendedorismo foram identificadas em três aspectos nos discursos presentes nas falas das entrevistadas: a) como reafirmação do espaço ocupado no empreendedorismo; b) como reposicionamento a partir de situações adversas, neste caso, relacionadas a episódios de racismo e de machismo, e c) como valorização da profissional que exerce a atividade empreendedora por meio de sua formação. Norbäck (2021)

explica que estudos contemporâneos sobre ambientes de trabalho relacionados ao “empreendedorismo de si mesmo” tendem a ilustrar as ambiguidades e a natureza multifacetada da resistência. Essas características são apresentadas a partir dos discursos de Conceição, Jarid e Lélia sobre experiências que viveram ao longo de suas trajetórias no empreendedorismo.

Conceição passou a receber seus clientes da hamburgueria gourmet e se apresentar sempre que possível deixando claro que se trata de um empreendimento gerido por si mesma. A sua constante reafirmação do espaço ocupado no empreendedorismo, não como funcionária, mas dona do empreendimento, se constitui de uma possibilidade de resistir para reexistir como empreendedora. Conforme ela explica:

Há um tempo teve uma cliente que ligou para agradecer o lanche que ela tinha pedido e tudo mais e perguntou ‘nossa, eu queria falar com o dono’. Tanto é que todas as pessoas que vinham falar comigo, dar feedback positivo ou negativo, achavam que o dono era homem. Esse foi um dos motivos que me fez começar a falar muito o meu nome. Porque eles achavam que o dono era homem. Ah, eu não acredito que uma mulher consegue fazer um hambúrguer bom assim não. Eu não acredito que uma mulher tem o potencial para fazer isso. Para mim era um homem que fazia. Porque quem fica fazendo as coisas na chapa sou eu, então se der algum problema ou se for um elogio, as duas coisas são de minha responsabilidade, também é culpa minha (Conceição, AD63).

O relato de Conceição reforça uma das características descritas por Harding et al. (2017), de que as resistências não buscam se tornar forças hegemônicas, mas desestabilizar o que é aparentemente visto como estável. Conceição não enxerga que falar constantemente o seu nome e se apresentar como dona do empreendimento como uma estratégia, mas ao assumir esta postura, contribui para rearticular o que é visto como normal no tipo de empreendimento que ela possui. Hamburguerias gourmet e chefs em restaurantes ainda são profissões comumente associadas ao domínio do masculino e geridas por homens, uma vez que mesmo associados ao ramo alimentício, possuem características relacionadas à criatividade, inovação e aspectos de liderança, critérios diretamente relacionados à masculinidade (Bertolami et al.; 2018; Brandão et al., 2019).

Para Irigaray et al. (2021), as resistências envolvem práticas e necessidades de afirmação de uma existência. Quando se reafirma para seus clientes, fornecedores e demais públicos com os quais se relaciona, Conceição está reafirmando sua posição identitária no empreendedorismo, ou seja, reafirmando sua reexistência, uma vez que resiste para existir não apenas no empreendedorismo, mas em empreendimentos dominados pelo masculino e por homens. Entretanto, esta atitude não é feita como uma estratégia, é uma ação sutil, mas que em determinado momento, desestabiliza a norma que circula nos discursos relacionados a quem é o empreendedor de sucesso e quais espaços ele pode ocupar no empreendedorismo (Ogbor, 2000).

Jarid, por sua vez, viu no empreendedorismo a possibilidade de se tornar aquilo que sempre desejou no mercado de trabalho, mas que não foi possível, uma vez que sua competência e suas qualificações eram colocadas em segundo plano, em detrimento de seu gênero e de sua raça:

Eu agradeço a todos os racismos que eu passei, aos estresses, aos meus patrões enchendo o meu saco, agradeço a todo mundo. Porque se não fossem eles eu não teria a minha empresa hoje. Eu só tenho a minha empresa hoje porque naquele momento eu não fui abraçada pelo meu local de trabalho enquanto profissional qualificada que eu era. E aí eu fui empreender por isso. Não foi um sonho, como eu falei no início. Não foi um sonho de empreender, foi uma busca pela vaga que a sociedade não me entregou. Porque quando eu saí desse processo de destruição desse sonho, eu estudei, fiz pós-graduação e lutei para estar naquele patamar que eu já estava. E aí quando você vê aquele castelo se desmoronar e você ter que construir tudo de novo, de uma outra forma, foi uma desconstrução real (Jarid, AD73).

Tornar-se empreendedora, para Jarid, lhe permitiu ocupar um espaço que lhe foi privado no mercado tradicional de trabalho. Para existir, precisava aceitar o lhe era imposto, como ver os colegas de trabalho sendo promovidos mesmo sem que tivessem o mesmo nível de qualificação que ela, não ser recebida por profissionais brancos ou ter suas análises sendo rejeitadas sem justificativa aparente. Para ela, sua reexistência só foi possível no empreendedorismo, o que permite afirmar que a alternativa no empreendedorismo pode ser constituir de uma possibilidade de resistência (Irigaray et al., 2021).

Para Vilela e Hanashiro (2020), os desafios de equidade de gênero perpassam vários níveis hierárquicos nas organizações, sendo ainda constatada a presença substancialmente menor de mulheres, especialmente em cargos mais estratégicos, bem como em níveis de gestão e coordenação das equipes. Adicionalmente, no contexto empreendedor, os discursos tendem a normalizar o homem como figura heroica, inovador e profissional mais propenso a correr riscos, o que tende a desqualificar a atividade empreendedora exercida por mulheres (Vieira et al., 2019).

Assim, ao decidir não se submeter às pressões de mercado e à lógica patriarcal que influencia a forma como ela era enxergada em seu trabalho, a ação de Jarid de optar pelo empreendedorismo se constitui de uma possibilidade de resistência. Entretanto, os discursos que normalizam o contexto empreendedor se constituem de mais um desafio que precisa ser enfrentado por Jarid para se posicionar como uma profissional de sucesso em seu empreendimento. Assim como Conceição, Jarid resiste para reexistir como uma empreendedora que ocupa espaços tradicionalmente dominados pelo masculino e por homens.

Entretanto, merece destaque um fator adicional na trajetória de Jarid, os aspectos relacionados à raça. Conforme afirma Almeida (2018), o racismo se caracteriza como uma forma sistemática de discriminação fundamentada na raça, que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que trazem como consequência desvantagens ou privilégios para os indivíduos, dependendo do grupo social ao qual pertencem. Jarid, que se auto identifica como uma mulher negra, viu seu emprego dos sonhos se tornar algo indesejável, em função de barreiras que a posicionavam como uma profissional inferior em relação a homens e mulheres brancos que trabalhavam no mesmo setor, mesmo que ela possuísse qualificações a mais para o cargo que desejava ocupar.

Por fim, a terceira possibilidade de resistir para reexistir como empreendedora foi identificada nos relatos de Lélia, por meio da valorização de seu trabalho como empreendedora a partir de suas qualificações e das formações que foi adquirindo ao longo de sua carreira na área de finanças.

A minha página do Instagram ela tem um ano e pouco. A minha página é recente, eu não tenho uma página com dois, três anos de conteúdo na internet. Ela é recente. E eu construí o meu trabalho fora do Instagram e fazendo bem o exemplo de formiguinha assim, e agora eu consegui valorizar ele e fazer com que as pessoas reconheçam esse valor é um dos meus principais desafios. E para isso às vezes eu dou um carteiraço da meritocracia. Eu faço a mesma coisa que eles fazem comigo, a mesma coisa que eles (homens brancos) utilizam contra nós, eu uso contra eles. E eu falo, olha, eu tenho duas graduações, eu tenho um mestrado, não sei quanto tempo de formação na área financeira, eu tenho tal curso, você não vai chegar aqui e me dizer que vai me pagar x valor para desenvolver um trabalho que para qualquer outro trabalho inferior ele não pagaria (Lélia, AD58).

Em “Ensinar para transgredir”, Hooks (2013) relata, a partir de suas experiências desde criança em sala de aula, como o estudo pode se constituir de um ato contra-hegemônico, uma possibilidade de resistir às estratégias de colonização racista. Assim como Hooks explica em seu livro, suas professoras não definiam ou formulavam essas práticas em termos teóricos, desenvolvendo uma espécie de “pedagogia revolucionária de resistência” (Hooks, 2013, p.11). As duas formações na graduação, mestrado e demais cursos feitos por Lélia por si só não se constituem de uma estratégia para sua atuação no empreendedorismo. Entretanto, se tornam possibilidades de resistir para reexistir como empreendedora a partir de suas formações educacionais e dos espaços que essas formações lhe permitiram acessar.

Souza, Voese e Abbas (2015) afirmam que, mesmo com o crescimento profissional de mulheres com atuação na área contábil, os desafios invisibilizados em função de gênero e de raça ainda tendem a posicioná-las como profissionais de menor capacidade quando comparadas aos homens. Assim, a experiência de Lélia como empreendedora na área financeira e contábil promove micro rupturas nas normas vigentes neste mercado (Thomas & Davies, 2005), neste caso, de que profissionais mais qualificados tendem a ser em sua maioria homens brancos e mais velhos. Essas resistências contribuem, então, para o enfraquecimento da norma, permitindo, mesmo que temporariamente, sua rearticulação (Foucault, 1979).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar as relações de poder e possibilidades de resistência existentes nos discursos de mulheres empreendedoras negras que possuem empreendimentos em segmentos dominados pelo masculino. Os resultados possibilitaram analisar nos discursos características relacionadas ao poder disciplinar e ao biopoder. O poder disciplinar influencia nas atitudes e comportamentos adotados por essas mulheres, que em determinados momentos se percebem vigiadas, em função dos processos de normalização que regem a forma de pensar e agir e consequentemente levam à produção de realidades normalizadoras.

O biopoder, por sua vez, se manifestou nos discursos como regulação do trabalho e como forma de gestão da vida, por meio da divisão dos corpos em uma lógica de superioridade e inferioridade. Independentemente de ter construído uma trajetória de sucesso, a normalização no

empreendedorismo gera um imaginário social que posiciona mulheres empreendedoras negras e indígenas no espaço territorial periférico. A regulação desses espaços, por meio dos tipos de corpos e identidades que podem ocupar posições de destaque no empreendedorismo, limita a condição empreendedora dessas mulheres. Entretanto, uma vez que poder e resistência se constituem de uma relação, as manifestações de poder podem gerar possibilidades de resistência.

As possíveis formas de resistência das mulheres empreendedoras que empreendem em espaços dominados pelo masculino e por homens se manifestaram por meio de suas subjetividades, que lhes permitem resistir para (re)existir como mulheres e resistir para (re)existir como empreendedoras. As possibilidades de resistência para reexistências a partir do empreendedorismo foram identificadas em três aspectos nos discursos presentes nas falas das entrevistadas: a) como reafirmação do espaço ocupado no empreendedorismo; b) como reposicionamento a partir de situações adversas, neste caso, relacionadas a episódios de racismo e de machismo, e c) como valorização da profissional que exerce a atividade empreendedora por meio de sua formação.

Uma vez que vivemos em uma sociedade patriarcal, heterossexista e racista, mulheres, especialmente, negras e indígenas, são constantemente posicionadas à margem das normas. As resistências que levam a (re)existências permitem tensionar as relações existentes nos regimes hegemônicos, por meio de um questionamento relacionado a gênero, raça, poder e conhecimento. Entretanto, uma vez que poder e resistência estão interligados, a norma se rearticula, em uma relação de forças em que identidades hegemônicas e identidades vistas como “marginais” assumem posições no discurso, em alguns momentos contribuindo para a fragmentação das identidades, em outros momentos reafirmando sua normalização.

Apesar dos avanços, este estudo apresenta limitações. Em primeiro lugar, a pesquisa foi realizada com mulheres que empreendem sem segmentos não homogêneos. Estudos futuros poderiam buscar a compreensão do fenômeno a partir das perspectivas de empreendedoras do mesmo segmento. Uma segunda limitação diz respeito ao perfil de participantes. Todas as empreendedoras possuem empreendimentos formais. Dessa forma, tem maior familiaridade sobre as dinâmicas que envolvem o empreendedorismo em termos econômicos. Pesquisas futuras poderiam endereçar estudos comparativos entre empreendedoras formais e informais.

Dados do relatório *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2024) demonstram que as mulheres empreendedoras somam mais de 10 milhões no Brasil, sendo que no último ano este número cresceu 34% (SEBRAE, 2021). Entretanto, o empreendedor branco ainda leva vantagem em renda, escolaridade e acesso a crédito. Entre mulheres negras e mulheres brancas, mais de 50% das mulheres negras recebem negativas ao buscar crédito em bancos ou instituições financeiras, sendo que para mulheres brancas este número é de menos de 20%. Conclui-se, então que empreender não é algo estático e sim, processual, permeado por erros e acertos, mas persistem na sociedade receitas para o sucesso empreendedor, sem as devidas problematizações de aspectos de gênero, raça, classe e orientação sexual e de como influenciam positiva ou negativamente a compreensão deste fenômeno.

REFERÊNCIAS

- Ahl, H. (2006). Why research on women entrepreneurs needs new directions. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 30(5), 595–621. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2006.00138.x>
- Ahl, H., & Marlow, S. (2012). Exploring the dynamics of gender, feminism and entrepreneurship: Advancing debate to escape a dead end? *Organization*, 19(5), 543–562. <https://doi.org/10.1177/1350508412448695>
- Akotirene, C. (2018). O que é interseccionalidade? Letramento.
- Alexander, B. (2003). Querying queer theory again (or queer theory as drag performance). *Journal of Homosexuality*, 45(2–4), 349–352. https://doi.org/10.1300/J082v45n02_17
- Almeida, S. L. de. (2018). O que é racismo estrutural? Letramento.
- Ashcraft, K. L. (2005). Resistance through consent? Occupational identity, organizational form, and the maintenance of masculinity among commercial airline pilots. *Management Communication Quarterly*, 19(1), 67–90. <https://doi.org/10.1177/0893318905276560>
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2017). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. Vozes.
- Bertolami, M., Artes, R., Gonçalves, P. J., Hashimoto, M., & Lazzarini, S. G. (2018). Sobrevivência de empresas nascentes: Influência do capital humano, social, práticas gerenciais e gênero. *Revista de Administração Contemporânea*, 22, 311–335. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2018170231>
- Brandão, A. M., Marques, A. P., & Lamela, R. (2019). Gênero, empreendedorismo e autonomização profissional. *Gestão e Sociedade*, 13(35), 2963–2991. <https://doi.org/10.21171/ges.v13i35.2945>
- Bruni, A., Gherardi, S., & Poggio, B. (2004). Entrepreneur-mentality, gender and the study of women entrepreneurs. *Journal of Organizational Change Management*, 17(3), 256–268. <https://doi.org/10.1108/09534810410538315>
- Butler, J. (1993). Critically queer. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 1(1), 17–32. <https://doi.org/10.1215/10642684-1-1-17>
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Routledge.
- Calás, M. B., Smircich, L., & Bourne, K. A. (2009). Extending the boundaries: Reframing ‘entrepreneurship as social change’ through feminist perspectives. [S.l.: s.n.]. <https://doi.org/10.1177/1350508409332283>
- Carmo, L. J. O., et al. (2021). O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. *Cadernos EBAPE.BR*, 19, 18–31. <https://doi.org/10.1590/1679-395120190122>
- Carneiro, G. M., & Gomes, I. M. (2018). A corporeidade “das pretas”: Identidade e consumo nas estratégias políticas de empoderamento em um coletivo de mulheres negras na cidade de Vitória. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, 24(4), 1063–1076. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.84048>
- Corbin, J. M., & Strauss, A. (1990). Grounded theory research: Procedures, canons, and evaluative criteria. *Qualitative Sociology*, 13(1), 3–21. <https://doi.org/10.1007/BF00988593>
- Dick, P. (2015). To see ourselves as others see us? Incorporating the constraining role of socio-cultural practices in the theorization of micropolitical resistance. *Gender, Work & Organization*, 22(1), 16–35. <https://doi.org/10.1111/gwao.12064>
- Essers, C. (2009). *New directions in postheroic entrepreneurship: Narratives of gender and ethnicity*. CBS Press.
- Ferber, M. A., & Nelson, J. A. (Eds.). (2009). *Beyond economic man: Feminist theory and economics*. University of Chicago Press.
- Ferretti, A. S. Z., & De Souza, E. M. (2021). Teoria queer e os discursos sobre empreendedorismo: Desigualdades de gênero e alternativas de análise a partir do entrepreneurship. *Cadernos EBAPE.BR*. <https://doi.org/10.1590/1679-395120210100>
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Graal.
- Foucault, M. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972–1977*. Vintage.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In H. L. Dreyfus & P. Rabinow (Eds.), *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231–249). Forense Universitária.
- Foucault, M. (2004). *Ética, sexualidade, política*. Forense Universitária.
- Gálvez, A., Tirado, F., & Alcaraz, J. M. M. (2018). Micro-resistance in teleworking: Tactics and subjectivity in female teleworkers. *Academy of Management Proceedings*. <https://doi.org/10.5465/AMBPP.2018.272>
- Global Entrepreneurship Monitor (GEM). (2024). Retrieved, 12.
- Harding, N. H., Ford, J., & Lee, H. (2017). Towards a performative theory of resistance: Senior managers and revolving subject(ivitie)s. *Organization Studies*, 38(9), 1209–1232. <https://doi.org/10.1177/0170840616685360>
- Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. WMF Martins Fontes.

- Imas, J. M., Wilson, N., & Weston, A. (2012). Barefoot entrepreneurs. *Organization*, 19(5), 563–585. <https://doi.org/10.1177/1350508412459996>
- Irigaray, H. A. R., Caetano, A., Fontoura, Y., & Maher, R. (2021). Resisting by re-existing in the workplace: A decolonial perspective through the Brazilian adage “For the English to See”. *Organization*, 28(1), 26–43. <https://doi.org/10.1177/13505084211022666>
- Kaufmann, J. (2011). Poststructural analysis: Analyzing empirical matter for new meanings. *Qualitative Inquiry*, 17(2), 148–154. <https://doi.org/10.1177/1077800410392336>
- Marlow, S., Greene, F. J., & Coad, A. (2017). Advancing gendered analyses of entrepreneurship: A critical exploration of entrepreneurial activity among gay men and lesbian women. *British Journal of Management*, 29(1), 118–135. <https://doi.org/10.1111/1467-8551.12221>
- Marlow, S., & Martinez Dy, A. (2018). Annual review article: Is it time to rethink the gender agenda in entrepreneurship research? *International Small Business Journal*, 36(1), 3–22. <https://doi.org/10.1177/0266242617738321>
- Mirchandani, K. (1999). Feminist insight on gendered work: New directions in research on women and entrepreneurship. *Gender, Work & Organization*, 6(4), 224–235. <https://doi.org/10.1111/1468-0432.00085>
- NOGUEIRA, C., Almeida, L., & Fernandes, E. (2001). Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação.
- Norbäck, M. (2021). Glimpses of resistance: Entrepreneurial subjectivity and freelance journalist work. *Organization*, 28(3), 426–448. <https://doi.org/10.1177/1350508419889750>
- Ogbor, J. O. (2000). Mythicizing and reification in entrepreneurial discourse: Ideology-critique of entrepreneurial studies. *Journal of Management Studies*, 37(5), 605–635. <https://doi.org/10.1111/1467-6486.00196>
- Parker, I. (2014). *Discourse dynamics (psychology revivals): Critical analysis for social and individual psychology*. Routledge.
- Parker, M. (2016). Queering queer. *Gender, Work & Organization*, 23(1), 71–73. <https://doi.org/doi:10.1111/gwao.12106>
- Ogbor, J. O. (2000). Mythicizing and reification in entrepreneurial discourse: Ideology-critique of entrepreneurial studies. *Journal of management studies*, 37(5), 605–635. <https://doi.org/10.1111/1467-6486.00196>
- Qureshi, I., Bhatt, B., Sutter, C., & Shukla, D. M. (2023). Social entrepreneurship and intersectionality: Mitigating extreme exclusion. *Journal of Business Venturing*, 38(2), 106283. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2022.106283>
- Raffnsøe, S., Gudmand-Høyer, M., & Thaning, M. S. (2016). Foucault's dispositivo: The perspicacity of dispositivo analytics in organizational research. *Organization*, 23(2), 272–298.
- Scott, J. C. (2004). *Los dominados y el arte de la resistencia*. Ediciones Era.
- Souza, E. M., Junquilho, G. S., Machado, L. D., & Bianco, M. de F. (2006). A analítica de Foucault e suas implicações nos estudos organizacionais sobre poder. *Organizações & Sociedade*, 13(36), 13–25. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302006000100001>
- Souza, E. M. (2014). Poder, diferença e subjetividade: A problematização do normal. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, (1), 103–143.
- Souza, E. M. de, Costa, A. de S. M. da, & Lopes, B. C. (2019). Ressocialização, trabalho e resistência: Mulheres encarceradas e a produção do sujeito delinquente. *Cadernos EBAPE.BR*, 17, 362–374. <https://doi.org/10.1590/1679-395171382>
- Souza, F. M. de, Voese, S. B., & Abbas, K. (2015). Mulheres no topo: As contadoras paranaenses estão rompendo o glass ceiling? *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 8(2), 244–270.
- Steyaert, C. (2010). Queering space: Heterotopic life in Derek Jarman's garden. *Gender, Work & Organization*, 17(1), 45–68. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0432.2008.00404.x>
- Temple, G. C. (2013). *Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault*. UFRB.
- Thomas, R., & Davies, A. (2005). Theorizing the micro-politics of resistance: New public management and managerial identities in the UK public services. *Organization Studies*, 26(5), 683–706. <https://doi.org/10.1177/0170840605051821>
- Vilela, N. G. S., Hanashiro, D. M. M., & C., L. dos S. (2020). (Des)igualdade de gênero no local de trabalho e práticas de recursos humanos. *Revista Alcance*, 27(3), 382–398.
- Walker, M., Fleming, P., & Berti, M. (2021). ‘You can't pick up a phone and talk to someone’: How algorithms function as biopower in the gig economy. *Organization*, 28(1), 26–43.